



Intervenção do
Presidente do Grupo Parlamentar
José Manuel Bolieiro
21 de Outubro de 2003

DECLARAÇÃO POLÍTICA

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhores membros do Governo

Para a Região Autónoma dos Açores a integração europeia continua a ser, como sempre foi, um desafio e uma oportunidade.

Passados que são mais de quinze anos de integração europeia, pode confirmar-se hoje que os Açores estão vencendo o desafio, graças ao esforço desta geração de açorianos, que soube entender que a nossa integração na Europa era o início de uma nova era política, com novos centros de decisão.

Hoje como ontem, a União Europeia é responsável por boa parte do nosso desenvolvimento, e é um espaço político e económico de exigência e de oportunidades para os Açores e para Portugal.

Até agora a opção europeia dos Açores tem tido a sua expressão, mais visível para o cidadão comum, nos programas de apoio ao desenvolvimento, que assentam no princípio da coesão económica e social, e que têm permitido, ao longo destes anos de integração europeia, atenuar alguns dos *handicaps* que as nossas ilhas ultraperiféricas enfrentam. Mas a nossa opção europeia é também, como não podia deixar de ser, expressão de exigência e de compromissos com objectivos comuns.

O nosso compromisso com a integração europeia é pois uma realidade cada vez mais presente e incontornável.

Nem o seu presente, nem o seu futuro será construído apenas de facilidades. Muitas dificuldades e exigências são já hoje pressentidas e sentidas



O nosso desafio estará no aproveitamento dos instrumentos e dos mecanismos que nos permitirão enfrentar as dificuldades. O enquadramento jurídico existente relativo aos princípios da coesão económica e social e da subsidiariedade são a nossa oportunidade. Cabe-nos defender, com determinação e forte capacidade negocial, a manutenção de uma política comunitária de desenvolvimento regional, que nos assegure um caminho de coesão em busca dos mesmos níveis de desenvolvimento comunitário, que implicará modulações e derrogações de certas políticas comuns da União Europeia.

A cimeira europeia de Chefes de Estado e de Governo do passado dia 16 de Outubro constituiu o culminar de um difícil processo negocial.

Ao mais alto nível do centro de decisão da União Europeia foi reconhecida a importância da produção de leite para a Região Autónoma dos Açores.

O Governo de Portugal e o Primeiro Ministro José Manuel Durão Barroso, compreendida a pretensão dos Açores, conseguiram negociar, com elevada determinação, uma solução que defende os interesses dos Açores, da economia açoriana e dos nossos lavradores.

A problemática da quota leiteira para os Açores sempre foi uma questão à qual o PSD/Açores dedicou a sua melhor atenção e esforço.

Ao contrário da falta de esperança manifestada pelo Governo Regional e pelo Partido Socialista, quanto à possibilidade de se resolver positivamente a questão da quota leiteira açoriana, o PSD/Açores adoptou sempre, desde 1999 até hoje, uma estratégia coerente e determinada, independentemente da cor política do Governo da República.

Em 1999/2000, o Governo da República do Primeiro Ministro António Guterres recusou-se a pedir qualquer aumento de quota leiteira nas negociações entre os 15 países da União Europeia. O Governo Regional do PS seguiu o mesmo caminho.

E, sem dúvida, era naquela altura que era mais fácil resolver, com carácter definitivo, o aumento da quota leiteira para Portugal e para os Açores, tal como aconteceu com os países que pediram aumento de quota.

Lamentavelmente assim não aconteceu.

Cometido o erro e, passados seis meses, o Ministro da Agricultura Capoulas Santos pediu ao Comissário de Agricultura a isenção de multas em 73 mil toneladas de produção, comprometendo-se, em nome de Portugal, até 2003, com um “plano de ajustamento da produção nos Açores (...) com a isenção da imposição suplementar para quantidades limitadas e degressivas”.

Ou, melhor dizendo, o Governo socialista comprometeu-se, em 2000, a perder essas 73 mil toneladas em 2003, o que veio a verificar-se, com consequências gravíssimas e insustentáveis.

Nem mesmo com essa isenção o Governo Regional socialista foi capaz de precaver a adequação da legislação de aproveitamento da quota não ocupada nos Açores para redistribuir pelos produtores que a ultrapassaram, acabando por pagarem, injustamente, multas avultadas.

Perante dois governos, da responsabilidade do partido socialista, o futuro da produção e da transformação de leite e lacticínios nos Açores esteve comprometido.

Naquela altura, o PSD/Açores manteve a sua determinação, denunciando a posição de ambos os Governos.

Com um novo Governo da República, da responsabilidade do PSD e do PP, foi possível sensibilizar os seus responsáveis para o problema e para a defesa de uma solução.

O PSD/Açores dedicou toda a sua atenção ao problema e, enquanto muitos colocavam em dúvida qualquer solução, nós trabalhávamos com afinco, informando e influenciando o Primeiro-Ministro, o Ministro da Agricultura e o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, no sentido de se obter uma solução de acordo com as necessidades açorianas.

Sempre estivemos conscientes que, na situação actual, quaisquer resultados seriam difíceis de alcançar, face ao enquadramento histórico do problema e aos compromissos anteriormente assumidos perante a Comissão Europeia.

Mas nunca baixamos os braços, nem tivemos qualquer medo de derrotas políticas, porque sabíamos e sabemos que uma derrota política na quota leiteira significaria uma derrota para os nossos agricultores.

Por isso, sempre estivemos na luta, sempre e apenas empenhados na vitória dos Açores, da nossa economia e da nossa lavoura. Ganhámos todos esse desafio.

Aos que manifestaram desconfiança neste processo, aos que declararam dúvidas no seu sucesso, fica o nosso desafio para que em vez de estarem à procura de vitórias partidárias estejam à procura de soluções para os nossos agricultores e para os nossos industriais.

A recente cimeira europeia de Primeiros-Ministros, à qual alguns auguravam maus resultados, acabou por dar resposta ao empenhamento do Primeiro-Ministro, Dr. Durão Barroso, cuja dedicação a esta causa açoriana merece de todos nós um reconhecimento especial.

O Dr. Durão Barroso compreendeu as preocupações dos produtores de leite dos Açores e não deixou por mãos alheias a resolução do problema.

A solução favorável aos nossos interesses foi sempre a sua motivação e pessoalmente atacou a condução destas difíceis negociações, afirmando com determinação a posição portuguesa.

Pela forma como conduziu as negociações da revisão Intercalar da PAC, no espírito de defesa dos interesses dos Açores, não podemos deixar de dirigir ao Ministro da Agricultura, Eng.º Sevinate Pinto, a nossa admiração, pelo exemplo de solidariedade efectiva que demonstrou para com a Região Autónoma dos Açores, ao votar contra a decisão dos restantes países, e tudo por causa e só por causa de uma parte da Política Agrícola Comum, concedendo, em nome de Portugal, a esta parte, que foi a da quota leiteira dos Açores, a importância que para nós era essencial.

Foi naquela negociação que se conseguiram mais 50 mil toneladas de quota efectiva, a partir de 2005. Àquela altura nem sequer estava assegurada, desde 1 de Abril de 2003, a manutenção da franquia das 73 mil toneladas. O que estava previsto era a sua redução a zero, a partir de 31 de Março de 2003.

Essa era, na verdade, a base de partida naquelas negociações.

O empenhamento e os argumentos de Portugal e dos Açores foram fortes, numa negociação que também dependia da vontade e compreensão de outros países.

Ganhamos mais quota e ganhamos mais uma batalha.

A Cimeira de Primeiros-Ministros e Chefes de Estado da União Europeia do passado dia 16 de Outubro, constituiu mais um passo em frente na obtenção de importantes condições para o futuro da fileira do leite e lacticínios dos Açores.

O ponto de partida era muito difícil, porquanto desde 31 de Março passado que não tínhamos 73 mil toneladas de auto consumo, com o recuo da produção leiteira dos Açores para as 450 mil toneladas, valor das quotas distribuídas na Região.

O que se conseguiu foi contrariar a decisão anterior, e isso foi muito importante. Garantiu-se a manutenção da franquia de 73 mil toneladas até 2005 e um aumento efectivo da quota leiteira, em mais 50 mil toneladas, a distribuir pelos produtores de leite dos Açores, a partir de 2005, com uma isenção do pagamento de multas em mais 23 mil toneladas, até à campanha leiteira 2014/2015, data prevista para o final do regime de quotas.

Esta foi uma vitória inequívoca, que já ninguém retirará aos Açores.

Congratulamos, satisfeitos, os nossos lavradores e as suas famílias. A economia açoriana e a sustentabilidade do nosso meio rural foram defendidos.

Mas e apesar disso, para nós, a guerra não está ganha. Ela só estará ganha quando dermos aos agricultores dos Açores condições de vida, de trabalho e de competitividade semelhantes aos seus parceiros europeus.

Um Governo da responsabilidade do PSD/Açores construirá, com base nestes pressupostos, um programa de desenvolvimento e modernização da agricultura açoriana, com especial preocupação para o sector de leite e lacticínios.

Esse é um compromisso que o PSD/Açores assume com convicção. Já demos e continuaremos a dar provas da nossa capacidade de intervenção nacional e europeia.

Ainda na dependência de importantes decisões comunitárias, os Açores assistiram a mais uma negociação difícil, na defesa dos interesses dos Açores.

Também em recentes decisões europeias estiveram em causa as pescas e os pescadores açorianos.

O difícil presente da pesca açoriana correu o sério risco de ver o seu futuro próximo profundamente comprometido.

No entanto, analisados, serenamente e com profundidade, os resultados das negociações que Portugal soube levar a efeito e ainda os regulamentos que enquadram juridicamente o acesso aos mares dos Açores, pode concluir-se que estamos perante uma boa notícia para a Região.

A base de partida para esta negociação era:

A partir de 31 de Dezembro de 2002 estaríamos confinados às 12 milhas.

Iniciada a negociação ultrapassámos este negativo ponto de partida. Alcançámos um acordo que nos permite, genericamente, manter limitações no acesso às águas açorianas.

De facto, para além da garantia de exclusividade das 100 milhas, as cumulativas restrições aprovadas entre as 100 e as 200 milhas, no que se refere à obrigatoriedade do registo histórico de 1998 a 2002 para a pesca de fundo e a proibição do arrasto permite-nos considerar genericamente a manutenção do status quo, a bem dos nossos pescadores e da sustentabilidade da nossa pesca.

Apesar das dificuldades do processo negocial feito por aproximações progressivas, os Açores e Portugal conseguiram um importante ganho.



Fruto de particular sensibilidade política para os problemas específicos dos Açores, na passada semana conseguimos assegurar na Europa a defesa de dois dos principais sectores económicos e sociais dos Açores.

No presente demos um passo importante na defesa do nosso futuro colectivo e da nossa integração europeia.

Disse!

Horta, sala das sessões, 21 de Outubro de 2003.

José Manuel Bolieiro